

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
68000007/2002 - DR/SC
ALESC
CORREIOS

Distribuição gratuita



Carlos Kilian



Professores ocuparam o Plenário pedindo mediação nas negociações

AL reabre diálogo entre magistério e governo

Página 10

Nova lei beneficiará transporte de cargas

Carlos Kilian



Com a aprovação do Projeto de Lei nº155/06, Santa Catarina poderá implementar, assim que o governador sancionar a nova lei, o Programa de Revigoração do Setor de Transporte Rodoviário (Pró-Cargas/SC), que concede isenção de ICMS sobre insumos como combustíveis, lubrificantes e aditivos.

O sistema vai funcionar na forma de concessão de créditos tributários para o transporte rodoviário intermunicipal ou interestadual, dando fôlego ao setor.

Página 9

Começam audiências do Regionalizado

A Assembléia Legislativa inicia, no dia 5, o ciclo de audiências públicas para definir as prioridades de cada região para o Orçamento estadual de 2006. Os encontros do Orçamento Regionalizado acontecem nos municípios pólos das macrorregiões.

Joinville e São Miguel do

Oeste abrem os debates. Rio do Sul e Chapecó recebem a equipe do Parlamento no dia 6, Itajaí e Joaçaba, no dia 7.

Caçador, abrangendo a região do Contestado, e Tubarão, reunindo as representações regionais do Sul do estado, discutem as prioridades em obras e programas para 2006 no dia 8.

O ciclo encerra nas cidades de Lages e São José, no dia 9.

Eleitas as prioridades, a Comissão de Orçamento da Casa elabora as emendas que devem, por força da Constituição Estadual, ser integradas ao projeto orçamentário que será encaminhado ao Legislativo pelo governo até 30 de setembro.

HOMENAGENS

Sessões homenagearam Escola de Pais, RFCC e funcionários da Cidasc.

Páginas 4, 5 e 12

Estudantes atuam como deputados por dois dias

Quarenta alunos de escolas de diversas regiões do estado participaram nos dias 31 de maio e 1º de junho, da segunda edição do Programa Parlamento Jovem, coordenado pela Escola do Legislativo.

Criado no ano passado, o Programa tem como principal objetivo estimular a participação

política da juventude através da vivência do processo legislativo. Estudantes de cinco escolas representando as diversas regiões do estado, organizados em partidos fictícios, elaboraram, discutiram e apreciaram, em Plenário, projetos de lei.

Página 3

Eduardo Guedes de Oliveira



OPINIÃO

Quem faz o Orçamento Regionalizado?

Pelo quarto ano consecutivo vamos ter a oportunidade de incluir no Orçamento Estadual o que é prioridade de investimentos. O governo muda em 2007, mas para onde vão os recursos públicos é o povo que tem a grande oportunidade de definir este ano. Isso porque a Assembleia Legislativa realiza as audiências públicas do Orçamento Regionalizado, a alternativa democrática de estímulo à participação popular nas decisões governamentais que mexem com o destino dos recursos públicos.

Mas não foi fácil assegurar um calendário mínimo de audiências públicas para o Orçamento Regionalizado. Em 2003, ao assumirmos o mandato na Assembleia Legislativa, defendemos e conseguimos resgatar a proposta das audiências. Naquele ano, realizamos 29, em todas as regiões do estado. Voltamos a incentivar o povo a participar. Nos anos seguintes, a Assembleia Legislativa aprovou a redução do calendário, passando

para 10 audiências, uma forma de diminuir custos com os eventos e de priorizar a cobrança do que havia sido sugerido pela população no ano anterior. Este ano, também vão ser realizadas 10 audiências, com início dia 5 e término em 9 desse mês.

Se ainda há quem questione a eficiência do Orçamento Regionalizado, é preciso entender que construir a democracia participativa é um processo de evolução e amadurecimento. Portanto, cada audiência tem sido um passo nesta direção. Cada investimento público, a partir do que foi proposto em uma audiência, é um avanço. As mudanças no comportamento do Governo do Estado na aplicação dos recursos públicos, bem como a participação popular no Orçamento Regionalizado, vão se dar ao longo dos anos.

Uma experiência neste sentido vem de Brasília. Enquanto está sendo construída em Santa Catarina a democracia participativa, o Governo Federal abre suas

contas, dando transparência à ação governamental. Essa foi a tônica do Seminário "Orçamento da União: como investir melhor o dinheiro público", realizado na Câmara dos Deputados, em Brasília, este mês, do qual participamos. Pela proposta, toda sociedade poderá acessar em tempo real a execução orçamentária do Governo Federal.

Portanto, tornar mais transparente e democrática a elaboração do orçamento estadual é o que pretendemos quando defendemos a consolidação do Orçamento Regionalizado. Ele tem sido para Santa Catarina a melhor vacina contra desperdícios e tentativas de desvios de recursos. Portanto, a resposta mais simples para a pergunta título deste artigo - Quem faz o orçamento regionalizado - é "você", cidadão catarinense.

Deputado Wilson Vieira -
Dentinho (PT)

A vida por preservar

Não é de hoje que sabemos que, em questão de saúde, as mulheres são diferentes dos homens. Muito dos riscos que nós corremos - e eles não, são em consequência da gravidez, como prolápsio uterino e fístula obstétrica. Outras doenças, como anemia, má nutrição, hepatite, malária e tuberculose se acentuam com a gravidez da mulher.

Nos levantamentos feitos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), estão 20 milhões de abortos feitos anualmente sem controle médico. Destes 20 milhões, 90% são praticados em países em desenvolvimento. Como o Brasil, por exemplo. Todos os anos, 70 mil mulheres morrem em consequência de abortos mal feitos.

São motivos mais do que suficientes para que haja política de saúde pública e de atendimento social diferenciada em relação às

mulheres, que levem em conta essa realidade. Não dá para tratar mulher e homem de maneira igual. Em nosso país e em nosso estado, continuamos na luta para que seja dada prioridade à mulher.

A cada ano, mais de 150 milhões de mulheres engravidam. 23 milhões delas desenvolvem complicações que requerem tratamento especializado. Ainda, 15 milhões de mulheres desenvolvem doenças relacionadas com a gravidez - fístula obstétrica, anemia forte, inflamação pélvica, infecção na área reprodutiva e infertilidade. Nos países em desenvolvimento, a mortalidade materna é a principal causa de morte de mulheres em idade reprodutiva. Dessas mortes, 25% são causadas por hemorragia, 15% por infecção, 13% por aborto mal feito, 12% por hipertensão e eclâmpsia e 8% por obstrução no parto.

São números impressionantes, que pouca gente tem tempo para dar atenção. Há que se fazer alguma coisa para mudar essa realidade. Queremos programas sociais e de saúde qualificados para atender a realidade feminina. Na escola, queremos que haja abordagem sistemática sobre prevenção desde o ensino básico.

Nas comunidades carentes é onde essa grave situação se mostra mais agressiva. E é por aí que devemos começar o alerta para este problema. Fazer mais investimentos na prevenção e na qualificação dos profissionais de saúde e dos serviços sociais. Os cuidados com a saúde da mulher agora é que vão garantir a preservação da espécie humana no futuro.

Deputada Odete de Jesus
(líder do PL)

Campanha *Doe a quem tem frio* atinge objetivo

A Campanha "Doe a quem tem frio", idealizada por José Maurício Andrade - Cabo Andrade, servidor da Assembleia, arrecadou mais de 500 peças de agasalho, entre roupas, cobertores e calçados, que vão aquecer o inverno de diversas associações carentes previamente cadastradas na Casa.

A campanha começou no dia 3 de abril e terminou no dia 31 de maio, sendo que no ano passado atendeu duas entidades e neste

ano vai beneficiar 15.

Dentre as instituições contempladas pela campanha, Andrade cita o Grupo de Idosos da Ponta da Barra de Laguna, a aldeia da Passagem do Massiambu, a Ação Social de Barreiros e a Casa Centro Espírita Saco dos Limões.

Para o idealizador, a participação da presidência da Casa doando os cobertores, assim como dos servidores que doaram muitas roupas, permitiu que o resultado final fosse exitoso.

[AGENDA]

- **5 de junho, 14 horas:** Audiências públicas do Orçamento Regionalizado
Locais: Auditórios da Amunesc - Joinville e da Unoesc - São Miguel do Oeste
- **5 de junho, 14h30min:** Debate sobre a candidatura ao cargo de Diretor Comercial da Celesc
Local: Plenário
- **5 de junho, 18 horas:** Abertura da exposição de trabalhos de ONGs e pré-lançamento do projeto "Plante uma araucária"
Local: Galeria de Arte Meyer Filho
- **6 de junho, 14 horas:** Audiências públicas do Orçamento Regionalizado
Locais: Anexo ao Clube de Caça e Tiro - Rio do Sul e Auditório UnoChapecó - Chapecó
- **6 de junho, 17 horas:** Comissão de Turismo e Meio Ambiente Audiência pública para discussão e planejamento ambiental
Local: Plenário
- **7 de junho, 8h30min:** Instalação e posse do Conselho Diretor do Programa Pró-Rio Uruguai
Local: Aquífero Guarani
- **7 de junho, 14 horas:** Audiências públicas do Orçamento Regionalizado
Locais: Auditórios de Farmácia - Univali - Itajaí e da Unoesc - Joaçaba
- **8 de junho, 14 horas:** Audiências públicas do Orçamento Regionalizado
Locais: Unisul - Tubarão e Salão Nobre da Reitoria da Universidade do Contestado - Caçador
- **9 de junho, 14 horas:** Audiências públicas do Orçamento Regionalizado
Locais: Auditório do Campus A - Univali - Biguaçu e Anfiteatro Caverna - Udesc - Lages

Mesa



Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense / Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Maria Branganholo e Mirela Maria Vieira

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins, Edna Schumacker e Janine Koneski de Abreu

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
alnoticias@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Chefe de Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Viviane Olga da Fonseca e Suelen Regina Hilário

INSTITUCIONAL



Solon Soares

Atuando como deputados, estudantes conheceram, na prática, todo o processo legislativo

Poder Legislativo realiza 2ª edição do Parlamento Jovem

Cinco projetos foram elaborados e apreciados pelos estudantes e devem ser encaminhados à Comissão de Participação Legislativa da Casa

Graziela May Pereira
Denise Arruda Bortolon

Criado para estimular a participação política da juventude, o Programa Parlamento Jovem teve sua segunda edição realizada nos dias 31 de maio e 1º de junho. Idealizado pela deputada Ana Paula Lima (PT) e coordenado pela Escola do Legislativo, reúne 40 alunos do ensino médio de escolas públicas e particulares, representando as regiões do estado que têm a oportunidade de ver e viver toda a rotina de um deputado. As escolas são sorteadas em Plenário no ano anterior à realização de cada edição do Programa.

No dia 1º, foram eleitos os deputados-estudantes que integraram a Mesa, responsável pela condução dos trabalhos legislativos. Os deputados de cada escola foram agrupados em partidos: Partido Estudantil Silva Jardim, da Escola de Educação Básica (EEB) Silva Jardim (município de Alfredo Wagner); Partido Jovens do Contestado, da EEB Dom Felício César da Cunha Vasconcelos (Itajaí); Partido da Defesa Ambiental, da EEB Cecenista Pedro Antonio Fayal (Itajaí), Partido Jovens do Planalto Serrano, da EEB Professor Argeu Furtado (São Cristóvão do Sul), e Partido Nova Geração, da EEB Frederico Fendrich (São Bento do Sul).

No dia 1º, os deputados-estudantes viveram situações reais da atividade político-parlamentar com a elaboração, apresentação e votação de projetos de lei.

A deputada Jamaira Carla Bueno, do Partido Jovem do Planalto Serrano (PJPS), solicitou do Poder Legislativo maior empenho para concretizar a descentralização da Udesc. "Todos nós temos direito a estudar e por isso precisamos de uma faculdade pública mais perto da gente. Por isso devemos lutar sempre, porque é melhor tentar e falhar, do que ver a vida passar", defendeu. Os estudantes-deputados aprovaram as cinco proposições apresentadas pelos partidos.

Definido o calendário para o período eleitoral

A Assembléia Legislativa definiu o calendário de sessões ordinárias e extraordinárias no período de 30 de maio a 6 de setembro, o chamado período pré-eleitoral. De maneira a não prejudicar as atividades da Casa, foram mantidas as 43 sessões do período ordinário. Os trabalhos se realizarão de maneira concentrada, liberando assim os parlamentares para a

campanha.

Nos dias 30 e 31 de maio haverá sessões de manhã e à tarde. Em junho, o calendário prevê 15 sessões, nos dias 1º, 13, 14, 20, 21, 22, 27, 28 e 29. Exceto nos dias 10, 22 e 29, o Plenário se reunirá de manhã e à tarde.

Em julho, serão realizadas dez sessões, nos dias 4, 5, 6, 11, 12 e 13. Só nos dias 6 e 13, o trabalho ficará restrito ao

período da manhã. Nos demais, haverá dupla jornada, matutina e vespertina.

Em agosto, também serão dez as plenárias, nos dias 1º, 2, 3, 8, 9 e 10. Nos dias 3 e 10, o Plenário trabalhará no período matutino; nas demais datas, a jornada será dupla. Em setembro, estão previstas quatro sessões: nos dias 5 e 6, nos períodos matutino e vespertino.

Jovens priorizam meio ambiente e educação

Entre os projetos aprovados pelos deputados-estudantes, está o PL nº 1/06, que institui Programa de Orientação Profissional como parte integrante ao ensino médio. De autoria do Partido Jovem do Contestado (PJC) trata da inclusão de conteúdos voltados para conhecimentos vocacionais nos três anos do ensino médio nas escolas públicas estaduais. Segundo defesa feita pela deputada Daiana Servo (PJC), o mercado de trabalho está muito competitivo e as políticas de emprego mudaram consideravelmente. "Investir em atualização educacional e vocacional é uma providência essencial para tornar empregáveis nossos conhecimentos e as nossas habilidades, pois o mercado de trabalho mudou e a escola também deve mudar", argumentou.

Do Partido da Nova Geração (PNG), o Projeto de Lei Complementar nº 2/06 estabelece normas de preservação do meio ambiente no Estado. A proposta institui o Programa de Qualidade de Vida e Preservação do Meio Ambiente, onde serão criadas zonas de preservação com espécies nativas em regiões íngremes, encostas de serras e áreas alagadas.

Também foi aprovado o PL nº 3/06, de autoria do Partido da Defesa Ambiental (PDA), que torna obrigatória a implantação de filtros para reciclagem de água servida e pluvial para o uso exclusivo de limpezas, vasos sanitários e jardins nas construções superiores a 300 metros quadrados

situadas no Estado. "Desde 2005 sofremos com problemas de seca e esses filtros seriam de extrema importância. Assim, nós economizaremos água, um dos nossos bens mais preciosos", disse Maiara Rocha, líder do partido.

Bolsas

O PL nº 4/06, de autoria do PJPS, modifica os dispositivos da Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005, permitindo que as unidades escolares estaduais concedam bolsas de estudos de ensino superior para os alunos concluintes do ensino médio, avaliando o grau de carência e o desempenho escolar dos alunos.

A matéria estabelece que as unidades escolares concederão duas bolsas de estudo para cada turma da série concluinte existente na escola. As localizadas nos municípios que apresentarem os 50 menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado concederão três bolsas para cada turma concluinte do ensino médio.

A última proposição apreciada (PL nº 5/06) prevê a instituição, nas escolas da rede pública estadual, da "Comissão de Estudos Legislativos e Cidadania". De autoria do PESJ, a proposta tem como objetivo despertar uma nova visão política na classe estudantil. As proposições serão encaminhadas à Comissão de Legislação Participativa da Casa para serem apreciadas pelos parlamentares.

Escola encerra ciclo de seminários

Nos dias 25 e 26, a Escola do Legislativo promoveu na capital o último encontro do ciclo de seminários "Liderança também é uma questão de gênero", voltado ao público feminino.

O objetivo é capacitar e formar lideranças femininas para formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas e para o envolvimento das mulheres em projetos sociais.

O ciclo foi realizado em parceria com o Instituto Catarinense de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos e Associação Casa da Mulher Catarina.

No dia 26, a cidade de Joaçaba sediou o "Seminário de Formação de Agentes Políticos", que discutiu o orçamento público com enfoque no Plano Pluria-

nual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei de Orçamento Anual (LOA).

Patrimônio

Em parceria com a Associação Cultural Brasil Santa Catarina e com o apoio da Prefeitura Municipal de Urussanga, a Escola realizou no dia 23, em Urussanga, Sul do estado, o "Seminário de Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural".

A promoção do evento, conforme o presidente da Escola, deputado Celestino Secco (PP), baseou-se na necessidade de capacitar as pessoas que estão atuando nas instituições culturais e na demanda do setor. "É essencial prepará-los", resumiu.

INSTITUCIONAL

Sessão solene reconhece trabalho de funcionários da Cidasc

O combate à febre aftosa levado adiante pelos funcionários da estatal impediu que a doença entrasse no estado

Os funcionários da Cidasc que trabalharam para impedir que a febre aftosa atingisse o rebanho catarinense foram homenageados no dia 29, em sessão solene requerida pelo deputado Joares Ponticelli (PP).

O presidente da Cidasc, Gécio Humberto Meller, recebeu em nome dos funcionários a placa da Assembléia Legislativa entregue pelos deputados Ponticelli, Moacir Sopelsa (PMDB) e Reno Caramori (PP), que reconhece a importância do trabalho prestado à sociedade catarinense pelos servidores da empresa.

Empresa pública, a Cidasc foi fundada em 1979, absorvendo os programas que estavam sendo executados anteriormente pela Cafasc e Codesa. Entre eles, o Programa de Combate à Febre Aftosa, instituído pela Lei nº 3.783, assinada pelo governador Celso Ramos há 40 anos. À época, praticava-se vacinação trimestral dos animais, sendo de responsabilidade do proprietário sua efetivação. Apesar dos esforços, as ocorrências eram enormes, chegando a registrar mais de

mil casos da doença em 1973. A insistência na vacinação e a melhoria das vacinas, assinalou Meller, começaram a apresentar resultados, resultando em diminuição dos índices de vacinação e da ocorrência da doença.

Livre

A partir de 1989, o Estado começou a se adequar aos índices de vacinação recomendados pela Organização Internacional de Epizootias (OIE), visando conquistar o mercado da União Européia, numa ação conjunta desencadeada pelo governo estadual, Secretaria de Agricultura, produtores, agroindústria, prefeituras, cooperativas e sindicatos, com o apoio da Assembléia Legislativa. Para garantia dos resultados, Santa Catarina adotou a vacinação Agulha Oficial, que resultou no reconhecimento do estado como zona livre de febre aftosa com vacinação e, mais tarde, sem vacinação, garantindo aos produtos catarinenses espaço no mercado internacional.

Toda a ação da Cidasc evitando que o rebanho catarinense



Legislativo prestou homenagem aos funcionários que ajudaram a manter os rebanhos do estado livre da doença

fosse atingido pela febre aftosa, como aconteceu em outros estados e países vizinhos, justificaram a homenagem, reafirmou o deputado Ponticelli. "Esta foi uma resposta prática às necessidades reais da sociedade, desempenhada com excelência pela empresa",

comentou. Sopelsa também reverenciou o trabalho realizado pelos servidores da empresa que trouxeram a Santa Catarina o reconhecimento de ser "um estado com excelência sanitária". O primeiro vice-presidente da Casa, deputado Herneus de

Nadal (PMDB), destacou a importância do trabalho para o setor agropecuário, um dos pilares da economia catarinense. "A homenagem sintetiza a importância da Cidasc para o bom desempenho da agropecuária e agricultura catarinense", disse.

Destaques nacionais

- Prefeito **Ivens Antônio Scherer** • Antônio Carlos
- Prefeito **Osni Flávio de Oliveira** • Bocaina do Sul
- Prefeito **Airton Fontana** • Guaraciaba
- Prefeito **Fábio Antônio Favero** • Irani
- Prefeito **Jairo Luiz Sartoretto** • Itá
- Prefeito **Sirineu Ratochinski** • Monte Castelo
- Prefeito **Nélio Antônio Cassol** • Nova Erechim
- Prefeito **Eli Mariott** • Novo Horizonte
- Prefeito **Abel Schroeder** e **Almir José Kalbusch (prefeito em 2004)** • Rio Negrinho
- Prefeito **João Rodoger de Medeiros** • Santa Cecília
- Prefeito **Celso Heidemann** • Santa Rosa de Lima
- Prefeito **Alex Sandro Pereira Bianchin** • São João do Sul
- Prefeito **Delci Antônio Valentini** • Sul Brasil
- Prefeito **Lourival Lunelli** • Vítor Meireles

Solon Soares



Deputados renderam homenagem aos administradores

Municípios destaque em gestão administrativa recebem honraria

A Assembléia Legislativa prestou homenagem a 14 municípios catarinenses, na noite do dia 23, por terem ficado entre os 100 primeiros do país em gestão administrativa. Em sessão solene, os deputados entregaram a honraria "Cidade Destaque", resultado de pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Municípios, aos prefeitos de Antônio Carlos, Bocaina do Sul, Guaraciaba, Irani, Itá, Monte Castelo, Nova Erechim, Nova Horizonte, Rio Negrinho, Santa Cecília, Santa Rosa de Lima, São João do Sul, Sul Brasil e Vítor Meireles.

A sessão solene foi proposta pelo deputado Pedro Baldissera - Padre Pedro (PT), com objetivo de destacar o trabalho realizado pelas prefeituras catarinenses, garantindo a conquista dos melhores índices de gestão em 2004. "De um total de 4.285 municípios brasileiros, 14 de Santa Catarina demonstraram qualidade administrativa, priorizando investi-

mentos sociais com aplicação de recursos também na saúde, no saneamento básico e na educação. O prêmio é um reconhecimento que deve ser estendido aos executivos e legislativos destas cidades", observou o deputado petista.

Entre os deputados presentes à solenidade, o deputado Jorginho Mello (PSDB) foi um dos que foi à tribuna prestar a sua homenagem aos prefeitos. "Ser prefeito hoje em dia é uma missão difícil. Não requer apenas sacrifícios pessoais, mas respostas rápidas ao cidadão. É preciso além de vocação, espírito público aguçado", afirmou.

Fiscalização

Em nome dos parlamentares da Casa, o deputado Onofre Agostini (PFL), assim como Jorginho, reconheceu que administrar um município nos dias de hoje é uma tarefa árdua: "Tem a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público, da Câmara

de Vereadores, de toda a sociedade. Eu, que já fui prefeito em 1972, não aceitaria novamente este desafio: o prefeito pode fazer um milhão de coisas boas e, de repente, por um errinho ter que pagar", observou. Onofre elogiou os homenageados ressaltando que o destaque a eles conferido pela Confederação Nacional dos Prefeitos representa um resgate da classe política.

Em nome dos municípios homenageados, o prefeito de Guaraciaba, Airton Fontana, ocupou a tribuna, de onde fez um balanço da missão de administrar um município.

Guaraciaba obteve o melhor desempenho catarinense no ranking, ficando em terceiro lugar no país. "Os prefeitos têm muitos desafios a vencer. Precisam conciliar programa de governo com a capacidade financeira e a obediência à legislação federal, estadual e municipal", enfatizou Fontana.

Escola de Pais de Florianópolis completa 30 anos e recebe homenagem

Orientar a formação dos pais para educar melhor os filhos é a grande missão da instituição nascida em junho de 1976

Eduardo Guedes de Oliveira



Em seu discurso, a irmã Maria Pauli lembrou que a família e a escola podem mudar o mundo

A Escola de Pais do Brasil - seccional de Florianópolis, recebeu na noite do dia 30, em sessão solene, homenagem da Assembléia Legislativa pelos 30 anos de atividades. Proposta pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), a sole-

nidade reuniu parlamentares e colaboradores no auditório do Senac.

Nascida em São Paulo, em 1963, por inspiração de Madre Inês de Jesus, cônica de Santo Agostinho, a Escola de Pais do Brasil é um movimento volun-

tário, gratuito e sem distinções de raça, condição social, credo político ou religioso.

Em Florianópolis, a EP foi instalada no dia 1º de junho de 1976. Sua grande finalidade é aprimorar a formação dos pais, ajudando-os a melhor exerce-

rem suas funções na família e na sociedade, conscientizando-os para a responsabilidade na formação de seus filhos.

O presidente da EP na capital, Maurício Schütz, afirmou que a Escola de Pais tem como principal objetivo ajudar pais e educadores no desempenho de seu papel na formação de crianças e adolescentes. "Temos por finalidade educar filhos honestos, serenos e ativos e conseguiremos tudo isso através do diálogo. Um dos nossos grandes valores é o aspecto preventivo em todas as situações", sintetizou.

Presença

Presente em quase todas as capitais dos estados brasileiros e em muitas cidades do interior, a Escola de Pais conta hoje com mais de 160 núcleos ativos e está em expansão.

Seu trabalho tem caráter preventivo e sua metodologia permite manter o nível de interesse dos pais, pois foca a real problemática educativa de cada grupo. Exerce sua função

principalmente nas escolas, mas também promove encontros em paróquias, clubes, centros comunitários, empresas e condomínios.

Os pais são chamados para participarem de um trabalho sistemático, em forma de Círculo de Debates, dirigido por um casal previamente preparado.

Respeito

A EP também aproveitou a sessão solene para entregar a deputados, pessoas e instituições a medalha de mérito Educacional Família e os diplomas Amigos da Escola de Pais. "É uma forma de reconhecer contribuições importantes para nós", disse Schütz.

A Irmã Maria Pauli, provincial da Congregação das Irmãs Franciscanas de São José, afirmou que entidade oferece os meios para que crianças, adolescentes e pais possam se desenvolver como pessoas, respeitando a individualidade de cada um. "A família e a escola são os alicerces da sociedade e juntas podem mudar o mundo", ensinou.

Fotos: Solon Soares

Comitê vai debater privatizações

Em audiência pública realizada pela Comissão de Legislação Participativa, no dia 22, foi criado o Comitê Popular pela Reestatização da Companhia Vale do Rio Doce. O debate foi solicitado pelo deputado Pedro Baldissera (PT). Sua organização conta com a participação da Frente Parlamentar Catarinense e tem como meta ampliar o debate em torno do programa de privatizações brasileiro, desencadeado a partir de 1995. No âmbito nacional, a discussão é liderada pelo movimento Reage Brasil, organizado para defender o patrimônio público brasileiro, que agrega diversos partidos políticos e entidades sindicais e civis.

A deputada federal Clair da Flora Martins (PT/PR), uma das lideranças deste movimento, afirmou que há "esperança em anular a privatização da Vale do Rio Doce", devido à decisão judicial do Tribunal Regional Federal de Brasília, determinando o prosseguimento de ação popular

movida em 1997. A ação pedia a anulação do leilão da Vale e a retirada da empresa do Programa Nacional de Desestatização. Foi extinta em 2002 pela Justiça Federal do Pará sem a apreciação do mérito, segundo a parlamentar.

Clair informou que a ação popular está ancorada, principalmente, sobre o argumento de que o patrimônio da empresa foi sub-avaliado: o valor foi fixado em R\$ 10 bilhões e a empresa foi vendida por R\$ 3,3 bilhões, correspondente a 45% das ações ordinárias com direito a voto. Recentemente, o valor estimado pelo diretor financeiro da Vale do Rio Doce foi de US\$ 40 bilhões.

Mobilização

"O lucro estimado no ano passado foi de R\$ 12,5 bilhões, quase quatro vezes mais o valor da venda", informa a deputada Clair, questionando os critérios utilizados na avaliação da empresa para a venda. E acrescenta



Deputada Clair Martins (no detalhe) é uma das líderes do movimento que pretende anular a venda da Vale

diversos pontos que davam maior valor à Vale: um complexo empresarial, altamente lucrativo, independente do Tesouro Nacional, envolvendo 54 empresas; maior produtora de minério de ferro do planeta; de ouro e bauxita da América Latina e terceira maior mineradora do mundo em diver-

sos produtos.

Padre Pedro destacou a necessidade de ampliar o engajamento no movimento nacional pela reestatização da empresa. O parlamentar diz que a partir da criação do Comitê Estadual será dada consistência à mobilização em Santa Catarina, ampliando

a participação de movimentos sociais e entidades representativas. "Estamos estimulando a organização nos municípios de maneira a garantir visibilidade e mobilização. A proposta é ampliar o debate e viabilizar um calendário de discussão para todo o estado", comentou.

GERAL

Fórum debate sistema integrado para o transporte da Grande Florianópolis

Implementar um sistema que integre o transporte e unifique a tarifa depende de decisão política dos municípios



Eduardo Guedes de Oliveira

Integrantes do Fórum querem intensificar e ampliar as discussões sobre um sistema único

A implementação de um sistema integrado de transportes na Grande Florianópolis vai exigir, antes de mais nada, uma fórmula para equacionar as peculiaridades de cada município. "Falar em sistema integrado de uma região metropolitana é complicado, já que cada cidade tem modelo próprio de concessão; as prefeituras são diferentes, os interesses são diferentes", sentenciou o diretor de Transportes do Departamento Estadual de Transportes e Terminais (Deter), Roberto Scalabrin.

O alerta foi feito durante au-

diência pública do Fórum Permanente pela Implantação da Tarifa Única do Transporte Coletivo, no dia 29. O Fórum foi criado com o objetivo de buscar fórmulas para a efetiva implementação de um sistema metropolitano integrado de transporte coletivo, que na Grande Florianópolis atenderá uma população que alcança um milhão de pessoas.

Proposta pelo deputado Djalma Berger (PSDB), presidente do Fórum, a audiência pública foi aberta pelo presidente em exercício da Comissão de Transportes,

transporte em diversas regiões metropolitanas do estado", explicou o deputado Djalma.

Desde a década de 90, o Deter vem realizando estudos sobre sistema integrado nas regiões. A última versão para a Grande Florianópolis data de 2001, quando o projeto esbarrou em dificuldades apresentadas por alguns municípios. "Estavam previstos dois terminais em Biguaçu, cinco em São José, três em Palhoça, dois em Santo Amaro da Imperatriz, mais o terminal central de Florianópolis", lembrou Scalabrin.

Reno Caramori (PP). A discussão será estendida aos municípios de Blumenau, Itajaí, Joinville, Criciúma, Joaçaba e Chapecó através de audiências públicas que serão marcadas. "Ao final, será encaminhado um documento às autoridades competentes para implantação do sistema integrado de

Encontro de interesses

Em 2001, segundo Roberto Scabrin, a proposta de um novo sistema da região encontrou entraves isolados em Biguaçu e Palhoça. "Na verdade, a integração precisa superar interesses locais", ponderou.

A avaliação foi endossada pelo representante do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo de Santa Catarina, Elias Sombrio, que apontou divergências políticas como impedimento a todos os projetos nessa área. Para o presidente da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), Anísio Soares (PMDB), prefeito de Governador Celso Ramos, a tarifa única para a região metropolitana se traduz numa importante ferramenta para melhorar as condições de vida da população. "Um trabalhador que mora em Governador Celso Ramos para se deslocar até Florianópolis gasta diariamente R\$ 9, já que a tarifa é hoje de R\$ 4,50, correspondendo a quase um salário mínimo por mês. Um custo muito pesado que afasta estas pessoas do mercado de trabalho", afirmou.

O secretário de Transportes de Florianópolis, Norberto Stroisch Filho, sugeriu a utilização do

mesmo mecanismo usado na Capital na proposta do sistema da região metropolitana. Ele deu como exemplo a redução do Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre o serviço de transportes coletivos do município, que caiu de 2% para 0,01%. "Ainda precisamos buscar o equilíbrio econômico e financeiro, aumentando o número de usuários deste sistema. Com a implantação da tarifa única as pequenas distâncias pagam pelas grandes. Não há milagre", afirmou.

A tarifa única, segundo avaliação do representante do Sindicato dos Trabalhadores no Transporte de Passageiros Urbanos de Florianópolis (Sintraturb), Ricardo Freitas, tem aspectos negativos, entre eles um inchaço das periferias. "Isso aconteceu em todos os lugares onde a tarifa foi implantada e preocupa as regiões Norte e Sul da Ilha, em que poderá ocorrer uma ocupação desordenada". O problema, de acordo com ele, não é de ordem técnica e sim econômica. "A tarifa única ainda mantém a distorção entre a distância e o valor da tarifa". Como vantagens da tarifa única, o sindicalista aponta a ampliação do acesso a um número maior de usuários.

Alberto Neves

ICMS Ecológico volta à pauta de discussões

A adoção de critérios ambientais na distribuição do ICMS aos municípios catarinenses foi discutida na audiência pública realizada dia 23, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Com o objetivo de debater o Projeto de Lei Complementar nº 10/03, de autoria do deputado Francisco de Assis, líder do PT e que também solicitou o debate, a audiência teve presença de parlamentares, prefeitos de vários municípios de Santa Catarina, do Paraná e técnicos da área.

O ICMS Ecológico prevê maior receita tributária aos municípios que protejam de forma adequada suas áreas ambientais. Já aderiram critérios ecológicos na distribuição do ICMS 11 estados brasileiros. É uma forma de compensar os municípios que preservam o meio ambiente, resumiu Assis na abertu-

tura do evento.

Esta redistribuição de receita se dá na forma de inserção de critérios ecológicos no rateio da quota-parte municipal de ICMS. "Não é e nem pode ser considerado um imposto direto, pois não acarreta aumento da carga tributária dos contribuintes e nem das alíquotas", disse Assis. Ele espera a aprovação do projeto que busca melhor qualidade de vida da população. "A proposta do ICMS Ecológico é inserir, no quinhão destinado aos municípios, um determinado percentual em função da existência de unidades de conservação no seu território e de outros fatores que elevem o nível de qualidade ambiental do Estado", afirmou.

Os integrantes da CCJ, deputados Reno Caramori (PP), Moacir Sopelsa (PMDB), Sérgio Godinho

(PSB), Afrânio Boppré (P-SOL), Paulo Eccel (PT), Jorginho Mello (PSDB), Gelson Sorgato (PMDB) e Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP), concordaram com a viabilidade da matéria. Este último, no entanto, ponderou sobre a necessidade de se definir de onde sairão os recursos. "Haverá redistribuição? É preciso que os prefeitos concordem em ceder parcela do ICMS para o setor ecológico", reiterou.

Acerto

Em reunião conjunta das Comissões de Justiça, Finanças e Turismo e Meio Ambiente, realizada no dia 31, o deputado Assis foi alertado por Vieirão sobre a necessidade de revisar o projeto devido a existência de legislação sobre o tema. "Como está, o projeto exclui



Proposta foi reapresentada pelo deputado Francisco de Assis

considerações importantes já previstas", ponderou. Assis concordou, anunciando que a proposta será revista e adequada através de um substitutivo.

O ICMS Ecológico surgiu no Paraná em 1995 e, segundo o prefeito de São Jorge do Patrocínio – município daquele estado –, Cláudio Palozzi, houve aumento significativo da qualidade de vida

da população em áreas como educação, transportes, saúde e meio ambiente, a partir dos recursos do ICMS Ecológico. "Somos um município com 7 mil habitantes, no Extremo-Oeste do Paraná, que tem 53% do território dentro do Parque Nacional de Ilha Grande. Esse ICMS gerou emprego e renda", disse. No Legislativo catarinense já tramitaram três projetos sobre o tema.



MEIO AMBIENTE: PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO



[EDITORIAL]

Homem X Meio Ambiente?

Acervo Fátma



Mais de 30 anos depois da edição do decreto editado em 1975 pelo então governador Antônio Carlos Konder Reis,

o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, com seus 90 mil hectares que abrangem nove municípios na região da Gran-

de Florianópolis, ainda vive de incertezas e de conflitos.

A necessidade de preservação da área é inquestionável. É uma das últimas reservas de Mata Atlântica do país – com toda a biodiversidade que a caracteriza e que representa riqueza, em sua definição mais ampla, abastecendo com as águas do Pilões e do Cubatão mais de um milhão de pessoas. No entanto, a falta de ação efetiva do Poder Público, nos primeiros anos principalmente, o desencontro das normas e leis que regem a questão ambiental brasileira e de efetivos investimentos em educação ambiental e em projetos que integrem seres humanos e meio ambiente, colocaram em lados contrários comunidade, órgãos públicos e ambientalistas. Muitos moradores, cujas famílias vivem há mais de 100 anos em áreas abrangidas pela Unidade de Conservação, ainda não foram indenizados pelo Estado e nem lhes foi oferecida, reclamam, possibilidades de manter sua sobrevivência. Ambientalistas e órgãos públicos acusam ocupação irregular, de forma contínua, muitas vezes permitida pelas prefeituras. Quanto a projetos que permitam o manejo econômico sustentável nas zonas em

que isso é possível, como prevê a própria normatização federal das unidades de conservação ambiental, ainda engatinham, o que traz angústia aos moradores.

O desencontro das normas legais, aliás, segundo atestam especialistas, são responsáveis por grande parte dos desencontros entre as partes.

O **AL Notícias** foi ouvir todas as partes envolvidas nessa questão – FATMA, Ministério Público Estadual, comunidades -, além de um advogado e professor da Universidade Federal de Santa Catarina, especialista na área, para este primeiro caderno. Um segundo encarte, no próximo mês, vai tratar das outras Unidades de Conservação Ambiental existentes no estado.

O objetivo é fornecer à sociedade alguns subsídios que permitam uma avaliação mais clara sobre estas unidades: sua importância, as razões dos conflitos existentes em torno delas e caminhos para solucioná-los. Ambos foram concebidos sob a ótica de estimular e ampliar os debates em torno do tema, como cabe ao Poder Legislativo, aumentando a participação daqueles que vivem em Santa Catarina na definição dos caminhos para um desenvolvimento sustentável.

Fórum une comunidades e poder público

SANDRA ANNUSECK

Com a missão de fazer uma radiografia dos problemas que permeiam o parque e apontar possíveis soluções, foi criado, em 4 de abril deste ano, o Fórum Parlamentar Permanente sobre o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Representam a Assembléia no Fórum os deputados Vanio dos Santos (PT) como presidente, João Henrique Blasi (PMDB) como relator, Sérgio Godinho (PSB), Lício Mauro da Silveira (PP), Afrânio Boppé (P-SOL), Altair Guidi (PPS), José Carlos Vieira (PFL), Nilson Nelson Machado (PDT), Joares Ponticelli

(PP) e Odete de Jesus (PL).

Para dar caráter pragmático ao trabalho, sem interferências políticas, duas semanas depois, foi instituído o GT, grupo de trabalho que conseguiu reunir, na mesma mesa, em 30 anos, os segmentos da sociedade e do Poder Público envolvidos na questão do parque para buscar uma solução para o conflito. Integram a equipe representantes da Assembléia Legislativa, do Movimento pela Recategorização, Associação de Moradores de Naufragados, Federação das Entidades Ecológicas Catarinenses (FEEC), Minis-

tério Público e Fatma.

O GT nasceu com a missão de fazer um diagnóstico do parque, encerrando uma novela que se arrasta desde sua criação, em 1975. O Grupo irá produzir um documento apontando as soluções.

O documento será então submetido ao Fórum que dará os encaminhamentos legais necessários para se alcançar o entendimento. Num balanço das 17 reuniões até agora realizadas pelo GT, foram identificados, entre outros problemas, os atuais critérios na aplicação dos recursos provenientes dos Termos



Eduardo Guedes de Oliveira

de Ajuste de Conduta firmados pelo Ministério Público; a falta de regulamentação fundiária do entorno da área costeira do parque; a falta de participação pública na implementação e gestão do parque; a existência de uma área de proteção de 500 metros no entorno da unidade

de conservação ambiental, instituída pelo decreto estadual 14.250/81. Uma área que, para os integrantes do GT, é responsável pela geração de conflitos entre os ocupantes do local. Os resultados do trabalho serão apresentados publicamente ainda em junho.

Preservação da área é essencial ao desenvolvimento

Água que abastece mais de um milhão de pessoas vem da área do Parque, que abrange nove municípios na região da Grande Florianópolis. Além disso, o conjunto da Unidade de Conservação é responsável pela manutenção equilibrada do clima

SUZANA COUTO TANCREDO
VERLAINE SILVEIRA

Com uma área total de aproximadamente 90 mil hectares, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST) é a maior unidade territorial de conservação no Estado e responde por pouco menos de 1% do total da Mata Atlântica restante no País, além de representar cerca de 1% do território de Santa Catarina. Mais de um milhão de pessoas são abastecidas pelas águas dos mananciais dos rios Pilões e Cubatão. Além do uso domiciliar, as reservas de água protegidas são essenciais para a ampliação do parque industrial e fomento à consolidação de um cinturão agrícola.

Criado por meio do Decreto nº 1.260, de 1975, abrange nove municípios: Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí, Garopaba e Paulo Lopes e as ilhas de Fortaleza / Araçatuba, do Andrade, Papagaio Pequeno, Três Irmãs, Moleques do Sul, Siriú, Coral dos Cardos e a ponta Sul da Ilha de Santa Catarina.

Entre as unidades que fazem parte da Gestão Integrada das Unidades de Conservação (GIUC), o PEST é o único sob administração de um órgão estadual, a Fundação de Amparo ao Meio Ambiente (FATMA), e não pelo

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

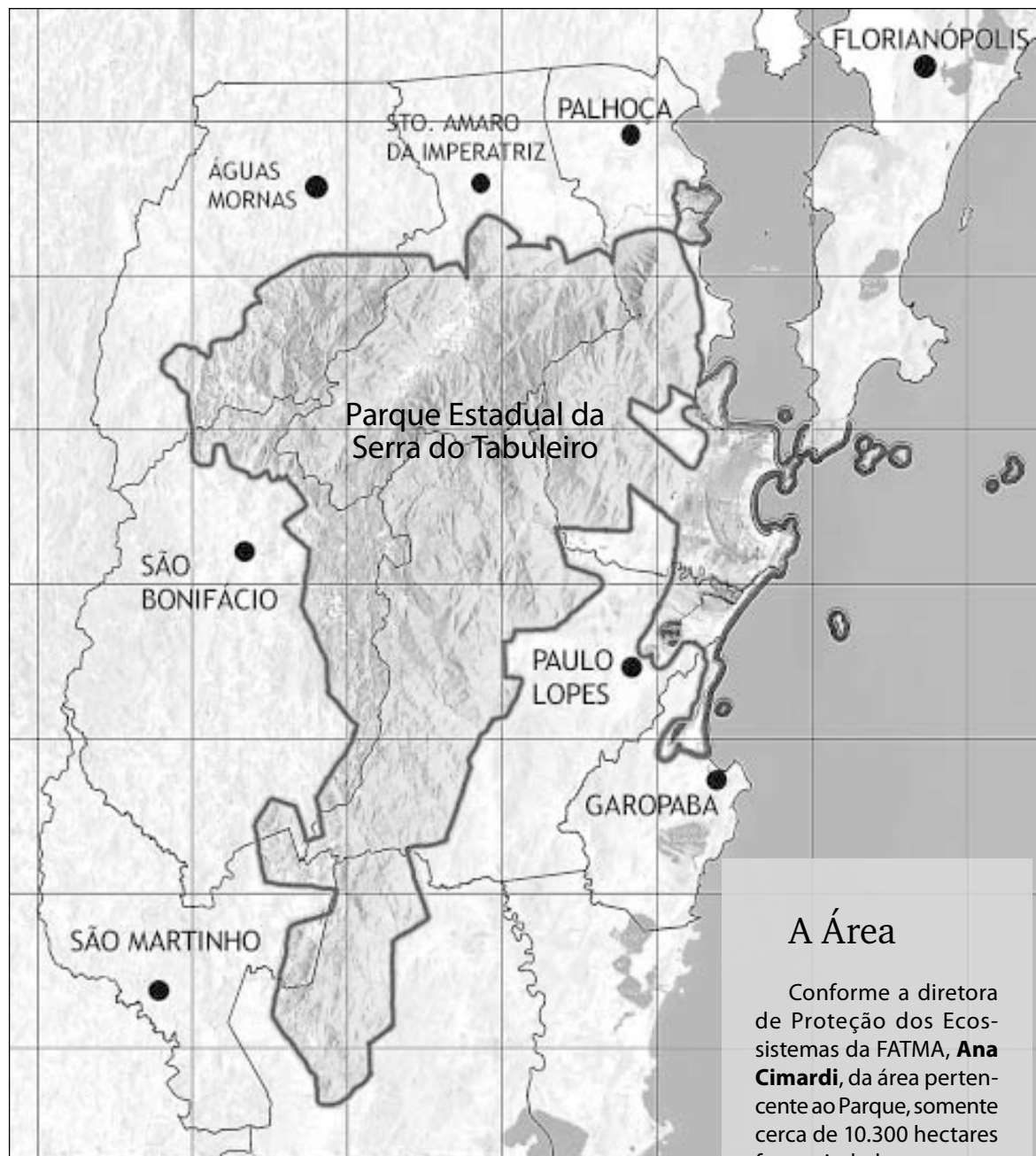
É apontado, nacional e internacionalmente, como prioridade para a conservação da biodiversidade brasileira. Em 1993 a UNESCO estabeleceu a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Santa Catarina, onde o PEST foi incluído como Zona Núcleo (cerca de 40.000 km²).

O Workshop "Avaliação e Ações Prioritárias para Conservação dos Biomas Floresta Atlântica e Campos Sulinos", promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, em 1999, classificou o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro como prioritário para a preservação de diversas espécies.

Sua sede localiza-se às margens da BR - 101, no município de Palhoça, e estava fechada para reformas desde 98, mas recursos da Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil - Bolívia S/A - TBG, em convênio com o governo do Estado, deram mais estrutura ao local, permitindo, com isso, a reabertura.

Recursos

De acordo com o chefe da Unidade de Gestão da Serra do



A Área

Conforme a diretora de Proteção dos Ecossistemas da FATMA, **Ana Cimardi**, da área pertencente ao Parque, somente cerca de 10.300 hectares foram titulados em nome do Estado de Santa Catarina, além dos 12.000 hectares estimados como terras devolutas, e cerca de 65 mil hectares de terras ainda pertencem a terceiros.

A maioria dos proprietários, segundo a secretaria estadual de Agricultura e Desenvolvimento Rural, não reside no imóvel que está no interior da área. Daqueles que vivem dentro do Parque, 30% estão concentrados nos municípios serranos e na localidade de Vargem do Braço, município de Santo Amaro da Imperatriz. Além da importância dos aspectos bióticos e abióticos, vale a pena destacar sua importância cultural em decorrência da presença de três aldeias indígenas de origem Tupi - Guarani.

Tabuleiro, Alair de Souza, os recursos para a manutenção do Parque provêm principalmente de projetos entre a FATMA e instituições internacionais.

Dentre eles, o Microbacias 2, o Projeto de Proteção da Mata Atlântica / SC, do banco alemão KFW, o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), além de recursos do orçamento da FATMA. O Projeto Microbacias 2 destina-se a implantar corredores ecológicos em áreas de florestas de araucária, além de contribuir com ações de educação ambiental e de fiscalização. Já o segundo projeto, patrocinado pelo banco alemão KFW, estabelece cooperação financeira com o Estado e tem como objetivo a proteção da Mata Atlântica em Santa Catarina para consolidar e fortalecer as Unidades de Conservação.

Ao GEF - Fundo para o Meio Ambiente, cabe a conservação da biodiversidade e reestruturação



dos ecossistemas de importância global do PEST, com a participação da comunidade local. O projeto prevê ainda a elaboração do plano de manejo, educação ambiental e atividades de fiscalização. A FATMA participa com despesas de custeio de pessoal e manutenção do Parque.



Acervo Fátma

Comunidade defende transformação para Área de Proteção Ambiental

Lideranças comunitárias defendem proposta como um caminho para preservar a área sem excluir a participação do Homem, regularizando uma situação que prejudica famílias que lá estão há mais de um século

GRAZIELA MAY PEREIRA

Há quase um ano, a população da Baixada do Massiambú, nos municípios de Florianópolis, Garopaba, Paulo Lopes e Palhoça, resolveu investir em estudos que resultaram no projeto que recategoriza o Parque da Serra do Tabuleiro.

Com a proposta, a Baixada do Massiambú e áreas adjacentes seriam transformadas da categoria atual de Parque - que impede construções, plantio e outras atividades -, para Área de Proteção Ambiental - APA. Dessa forma, todas as pessoas que habitam e trabalham na área, segundo os técnicos que desenvolveram o projeto, terão direito às suas propriedades e, posteriormente, o direito a participar e intervir na gestão do uso do solo na região.

Segundo **Renato Sehn**, vice-presidente da Associação dos Protetores do Balneário da Ponta do Papagaio, município de Palhoça, é preciso essa mudança para que as pessoas possam desenvolver suas vidas no lugar que escolheram para viver. "A própria associação tem sido muito atuante no nosso bairro. Tínhamos até um projeto para melhorar a orla com passarelas, estacionamento, justamente para regerar o uso da área. Chegamos na hora de tentar implantar o projeto, não conseguimos porque é proibido. Tudo é proibido", reclama.

O projeto técnico da recategorização foi adotado pelas associações e comunidades locais. Foram mais de 80 reuniões com o apoio oficializado em moções por prefeitos, câmaras de vereadores, além de um abaixo-assinado com mais de 8 mil assinaturas. A proposta está sendo discutida no âmbito da Assembleia Legislativa, através do Fórum Parlamentar Permanente sobre o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

De acordo com **Dennis dos**

Reis, presidente da Associação dos Moradores da Praia de Naufragados (Amopran), localidade do Sul da Ilha de Santa Catarina que também integra a área da Baixada, a Fatma afirma que 100% do Parque são terras privadas, mas para se caracterizar Parque tem que ter 100% de terras públicas. "Assim é a lei. Se não são terras públicas, não é parque. Eles nunca vão conseguir regularizar o parque. Acho que todos devem ajustar a sua conduta", argumenta.

Legalidade

A atual proibição para projetos de construção e ligação de energia elétrica, além do ajuste de conduta que vem sendo proposto pelo Ministério Público Estadual (MP), foram citados como os maiores problemas da comunidade local.

Sehn argumenta que o ajustamento de conduta apenas adequa o uso momentâneo da terra e que poucos são beneficiados já que o preço cobrado é considerado alto. "Esse mecanismo de legalidade e ilegalidade não conseguem fazer com que a população tenha um mínimo de certeza no futuro. São mecanismos jurídicos difíceis de entender", resume.

De acordo com a diretora de Ecossistemas da Fundação de Amparo ao Meio Ambiente, Ana Cimardi, o termo de ajuste de conduta, ou de uso da área, é consequência legal do processo de zoneamento do Parque. No total, o Parque tem nove zonas, definidas conforme determinação das normas ambientais, onde ficam estabelecidos os limites do que pode e do que não pode ser feito, onde pode haver manejo dos recursos, onde estão localizados os sítios históricos e arqueológicos, os locais onde é necessário um trabalho

de recuperação para preservar fauna e flora.

Sehn classifica os termos de ajustamento de conduta que vêm sendo propostos pelo Ministério Público Estadual "de um forma de pagar pela ilegalidade das terras". Em Palhoça, o ajuste de conduta assinado entre a Prefeitura Municipal e o MP proíbe construções em terrenos públicos localizados no entorno ou mesmo dentro do Parque da Serra do Tabuleiro. A medida atinge, só em Palhoça, pelo menos 10 mil famílias que possuem escrituras públicas.

O presidente da Amopran afirma que os moradores são tratados como criminosos e que o termo de ajuste de conduta é elitista. "Em Naufragados quem assinou o ajuste de conduta saiu de lá. As 35 famílias que estão lá, não assinaram. Quem paga fica e quem não tem dinheiro é tratado como bandido. Só que não é assim. Eles nos deram o problema. E nós estamos aqui trazendo a solução", assinala.

O curador do Parque, da promotoria de Meio Ambiente de Palhoça, José Eduardo Cardoso (entrevista à página 6), salienta o fato do MP ser, constitucionalmente, responsável pela fiscalização do cumprimento da lei e provocação da Justiça, caso seja necessário. E defende a manutenção dos moradores antigos na área.

Para o vice-presidente da associação palhocense, o erro foi gerado pelo próprio Estado que, em 1904, cedeu ao município de Palhoça a administração dessa área. O município, por sua vez, vendeu as terras. "O Parque foi criado através de um ato jurídico imperfeito. Tem uma série de questões falhas. Queremos a recriação do parque através de projeto de lei e não de decreto. Ninguém está brigado com o parque, nós queremos salvá-lo", enfatiza Dennis.

As histórias

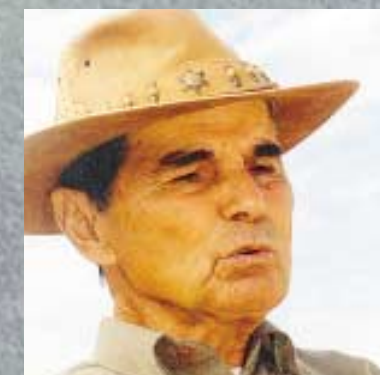
Espraiado



Bento Pedro Cardoso, 42 anos, pertence a uma família que está, há pelo menos 100 anos, numa propriedade de 200 hectares, num local chamado Espraiado, em Paulo Lopes. "Meu pai fez 89 anos no dia 3 de março e a terra já era do pai dele. Plantávamos e vivíamos da agricultura. Agora, a Polícia Ambiental está sempre vigiando e nós não podemos mais usar a terra. A situação da nossa família é muito difícil e estamos até passando fome."

Segundo ele, havia 132 moradores na área, que viviam da extração da madeira. "Hoje, o pessoal da cidade comprou as terras e só ficaram três das antigas famílias. Ninguém trabalha mais com a agricultura porque o Meio Ambiente não deixa. Paramos de trabalhar com a madeira nativa para preservar, mas também não podemos plantar. Eles pediram R\$ 17 mil para me dar a licença para eu plantar três hectares de eucaliptos. A lei do meio ambiente é isso. Se pagar, vale tudo."

Gamboa



Representante da quinta geração da família, **Manoel Nunes Pereira**, com 72 anos, conta que seu avô era senhor de escravos na terra que ainda hoje ocupa, na praia da Gamboa, município de Garopaba. "Meu pai foi criado aqui, no colo de escrava. Nunca saímos daqui. Esta terra sempre foi o sustento da família. Foi com ela que criei meus filhos

e agora, com a idade que tenho e não trabalho mais, quis vender um pedaço de terra para pagar um tratamento médico e não deixaram. Tive o constrangimento de parar numa delegacia por isso e quase fui preso. Não é de indignar?", pergunta.

O filho dele, Florentino Manoel Pereira, tem uma fazenda na área e diz que não é mais possível trabalhar a terra ali. Para ficar com algum lote de terra, por exemplo, precisa pagar o que o ajuste de conduta exige. "Não podemos plantar e nem vender um pedaço de terra, senão, se está sujeito a ter um processo crime junto à Promotoria do Meio Ambiente. Tem pessoas aqui na Gamboa que estão sem luz elétrica porque não deixam colocar, a não ser que paguem o ajuste de conduta de R\$ 3 mil."

Naufragados



Na praia de Naufragados, no Extremo-sul da Ilha de Santa Catarina, a maioria não é de moradores, mas de pessoas que construíram chácaras ou casas de veraneio. Poucos são os que irão ficar e **Ademar do Espírito Santo** é um dos que reclama o direito de sua família permanecer no local.

"Meu pai, Alarício José do Espírito Santo, nasceu em Naufragados em 1921. Tenho a certidão de nascimento dele. Faleceu há 13 anos, foi pescador e funcionário da Marinha Mercante. Vinte e cinco anos atrás já se falava que as terras de Naufragados eram do governo. Sei que minha tetravó, Maria Madalena do Espírito Santo, morou na casa hoje ocupada pelo Exército e que sempre tivemos dois terrenos, um na praia e outro junto ao morro, perto da segunda cachoeira." A família plantava feijão, milho e mandioca e tinha um engenho onde faziam farinha.

"É necessária a preservação e só quem tem amor pela terra conseguirá preservá-la. Ninguém destrói a sua casa. Apesar disso, estou respondendo a um processo civil por crime ambiental."



Projetos podem reduzir impacto sobre a vida dos moradores

Responsável pela curadoria do Parque, o promotor José Eduardo Cardoso defende ações do governo que permitam a permanência das famílias que vivem há gerações na região

ROSE MARY PAZ PADILHA

A garantia de conservação da biodiversidade, realização de pesquisas científicas, proteção dos recursos hídricos, de oportunizar ações de educação ambiental, recreação e turismo, dependem do manejo adequado do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, de uma fiscalização eficiente e da integração com as comunidades locais.

Mas o desenvolvimento sustentável ainda não foi adotado na prática. Por que isso acontece?

Para o curador do Parque, o promotor de Justiça, **José Eduardo Cardoso**, vários são os motivos. Envolvido com a questão desta Unidade de Conservação há mais de 12 anos e um apaixonado pelo assunto, o promotor diz que, desde a sua criação, em 1975, o Estado não pagou as indenizações devidas. A indenização paga corresponde a apenas 12,8% do seu território. Disse também que faltou gestão administrativa nas funções de planejamento, organização, direção e controle do Parque. Faltou ainda, acrescenta, estímulo às atividades legalmente previstas dentro do parque, como pesquisa

científica, turismo ecológico, educação ambiental e recreação em contato com a natureza. "Se este parque fosse na América do Norte estaria gerando emprego e renda. Um dos exemplos americanos é o Parque Nacional de Yellowstone que fatura, por ano, apenas com ingressos de visitação, mais de US\$ 2 milhões. Aqui em Santa Catarina, o que falta é iniciativa política", critica.

José Eduardo diz que não é preciso excluir o homem do meio ambiente para preservar o parque. E defende que sejam mantidos no local os moradores tradicionais - aqueles que vivem há três ou mais gerações na área do parque, em estreita dependência do meio natural para sua alimentação, abrigo e outras condições naturais de subsistência, tais como agricultura e artesanato.

"O governo deveria mantê-los ali, subsidiando a renda familiar, transformando o morador num guarda-parque, que atuaria como um fiscal do meio em que vive, preservando-o", sugere.

Clandestinas

Um dos problemas mais gritantes no parque, afirma ele, são

as construções clandestinas - de casas de veraneio ou de finais de semana. Já são mais de 300 ações civis públicas nesse sentido. Uma das últimas investidas da promotoria é uma ação cautelar ambiental contra a construção de uma casa de 650 metros quadrados, próxima ao manancial de Pilões. A multa aplicada pela Fátma foi de R\$ 55 mil. Se a ação for acatada pela Justiça, a obra será lacrada e interdita. "A decisão depende do juiz". Outras ações recentes são na praia de Naufragados, no Sul da Ilha de Santa Catarina, onde nove casas foram demolidas por estarem em áreas de preservação permanente.

O trabalho da Procuradoria do Meio Ambiente de Palhoça, implantado em 2001, conta apenas com o curador, uma secretária e três estagiários. As denúncias que chegam até eles não podem ser investigadas in loco porque não existe uma viatura disponível e são comunicadas à Polícia Ambiental. Além da viatura, a equipe necessita de um biólogo, um assistente jurídico, um oficial de diligência e equipamentos. A reivindicação já está no Ministério Público, mas, por enquanto, ainda não foi atendida.

Apesar disso, o curador diz que há bons projetos em andamento visando a preservação do parque. Uma das ferramentas de trabalho, que permite um raio-x detalhado dos quase 900 quilômetros quadrados (ou 90 mil hectares), tem tecnologia americana. O sistema de informações geográficas utiliza imagens por satélite, com várias cenas aproximadas e detalhadas. A vantagem desse sistema é que ele permite situar por coordenada geográfica onde está o dano ambiental.

De acordo com José Eduardo, estudos mostram que na área do parque não ocorrem secas. "A água sempre brota lá. É um local privilegiado do Planeta. Só pela água o Parque deve ser preservado. Enquanto promotor, minha luta é pela garantia de vida para as presentes e as futuras gerações, que é a qualidade do ar e do clima".



Legislação gerou impasse

Especialista defende “rearranjo jurídico” para permitir a ocupação monitorada de algumas áreas, sem agressão ambiental

SANDRA ANUUSECK

O imbróglio jurídico que cerca o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro não é nada fácil de ser compreendido, especialmente por leigos e comunidade que enfrentam diariamente o fogo cruzado travado com o Poder Público na luta para permanecer na área.

Para estudiosos no assunto como o advogado e professor universitário, **Adão Daniel da Silva**, a solução para o impasse jurídico passa indiscutivelmente

te pela constatação de que o Parque realmente só existe no papel.

No entendimento do jurista que montou uma espécie de dossiê sobre a área, é necessário se firmar um acordo estabelecendo prioridades. De acordo com Adão, o texto da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUCS) estabelece que a população atingida pela criação da unidade de conservação deve ser consultada via plebiscito sobre o destino da área.

Da área total de cerca de 900 quilômetros quadrados (90 mil hectares), conforme o advogado, apenas 7% receberiam efetivamente a denominação de parque, leia-

se museu intocável da natureza. “Seriam os nichos ecológicos, as áreas intocáveis, as nascentes que alimentam os rios Pilões e Tubarão. Nestes pontos, seria necessário desapropriar e indenizar as famílias”, sustenta o professor.

Parte da área seria convertida em Área de Preservação Ambiental (APA), permitindo uma ocupação monitorada sem agressão ambiental. “Para isso, é necessário alterar o decreto 4.250 que, em seu artigo 81, proíbe a construção em parques”, defende.

O rearranjo jurídico através do acordo deveria ser iniciado pelo conselho gestor do Parque, instituído pelo contrato Microbacias 2 firmado entre Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird) e governo do Estado, entende o advogado. Pelo contrato, o conselho tem caráter deliberativo, sendo integrado 50% pela comunidade.



Normatização que disciplina o uso da área é confusa

A falta de controle sobre normas disciplinando o Parque Ambiental da Serra do Tabuleiro é um dos aspectos que contribuiu para engordar o imbróglio jurídico, entende o advogado Adão Daniel Silva. “Se decretou a desapropriação do parque, sem se prever indenizações nos orçamentos; se restringiu o direito de propriedade sem previsão legal, sempre contando com a morosidade da Justiça”, critica o advogado.

Fazendo um balanço das leis que disciplinam a área, encontra-se o decreto de nº 12.060, de 1975, baixado pelo então governador Antônio Carlos Konder Reis, que cria o parque prevendo a integração da população. “Konder Reis previa o parque não como um santuário intocável, mas como parque vivo, com participação”, observa, acrescentando que o aspecto “intocável” é muito difícil de ser cumprido pelo Poder Público,

pois demanda recursos.

A seguir, também em 1975, foi editado o decreto nº 12.061, que declara a área de utilidade pública e de interesse social. “Estabeleceu-se que a aquisição se daria através da desapropriação, que ocorreria de maneira amigável, ou então judicial”, afirma o advogado.

Em 1977, o decreto nº 23.035 estabeleceu a desapropriação de áreas correlatas ao parque. Cinco anos depois, o então governador Henrique Córdova editou o decreto nº 17.720, retificando a área e depois o decreto nº 18.766, prevendo a desapropriação com os contornos iniciais do parque. “Por força da lei nº 3.365, de 1941, a desapropriação por utilidade pública se daria de maneira amigável, se não judicial”, esclarece.

Como o decreto previa um prazo de cinco anos para proceder às desapropriações e nada aconteceu, o texto acabou caducando, entende o advogado.

“Não houve nenhuma comunicação oficial, nenhum ato formal concretizado, nenhum valor foi oferecido. Legalmente os decretos não existem mais”, garante. Em pesquisa feita nas leis orçamentárias de Santa Catarina no período, Adão constatou que nunca foi feita previsão alguma de recursos para indenizar as famílias.

“O problema é que o Estado continua exercendo seu poder de polícia como se os decretos estivessem vigentes”, entende Adão. Para ele, ao fazer uso da coerção para “expropriar” famílias de algumas áreas do parque, o Estado corre o risco de ser obrigado a desembolsar indenizações com valores acima do que pagaria se indenizasse a desapropriação. “Quem não pode enfrentar, acaba entregando. Quem pode, acaba firmando os termos de ajustes com o Ministério Público e permanece no local”, analisa.



Fotos Acervo Fátma

Microbacias

O contrato Microbacias 2, que garantiu recursos globais da ordem de US\$ 68,9 milhões para a recuperação das bacias do estado, estabelece uma série de ações no Parque do Tabuleiro. Com a previsão de injetar US\$ 4,1 milhões na área, o contrato cria o grupo gestor, designa um promotor de justiça exclusivo para tratar dos assuntos do parque – ações já efetivadas –, prevê o reassentamento de produtores rurais, aplicação de novas normas agrícolas, entre outras medidas.

“Os grandes organismos internacionais passaram a condicionar a fatores ambientais seus empréstimos com objetivo desenvolvimentista. No caso do Microbacias 2, a salvaguarda oferecida pelo governo de Santa Catarina foi o Parque da Serra do Tabuleiro”, afirma o advogado, de posse do contrato obtido junto ao Bird.



Patrimônio de Santa Catarina

A solução dos conflitos que envolvem o Parque da Serra do Tabuleiro vai abrir caminho para o desenvolvimento sustentável

Fotos Acervo Fátma



Na Ilha do Coral são encontradas inscrições rupestres, que guardam registros dos primórdios da civilização humana nessa região



Diversidade

Quase todas as espécies que integram a fauna e a flora de Santa Catarina são encontradas no Parque, o que o transforma num verdadeiro laboratório para pesquisas científicas

COMISSÕES



Fotos: Alberto Neves

Deputada petista garantiu que o projeto será defendido no âmbito da Assembleia

Movimento reivindica federalização da FURB

Mobilizar lideranças políticas nos planos nacional, estadual e municipal, para fortalecer o movimento que busca a federalização da Universidade Regional de Blumenau (FURB) é uma das principais ações definidas durante a audiência pública realizada pela Comissão de Educação, no dia 19

Denise Arruda Bortolon

A intenção de tornar a FURB (Universidade Regional de Blumenau) em uma instituição federal e gratuita foi discutida na manhã do dia 19, em uma audiência pública realizada pela Comissão de Educação, presidida pelo deputado Paulo Eccel, atendendo solicitação da deputada Ana Paula Lima, ambos do PT. Serão encaminhadas moções de apoio ao pleito ao Ministério de Educação, ao Senado, à Câmara dos Deputados e ao Fórum Parlamentar Catarinense.

O Comitê Pró-Federalização quer fortalecer o movimento e envolver as lideranças políticas regionais no pleito, além de apoiar os pólos de interiorização da UFSC e da UDESC. "Se fosse tão simples o ato da federalização outros governos já teriam feito. Em nosso estado já há outras universidades pregando a federalização, como a Uniplac, de Lages, UnoChapécó, de Chapécó, Univille de Joinville,

entre outras", salientou Eccel.

De acordo com Ana Paula, em 1995, quando a FURB se tornou público-privada, houve avanços, mas com distorções. "A instituição é pública para os professores e demais funcionários, que ganharam o status de servidores e estabilidade funcional, com direito à aposentadoria integral, entretanto, para os alunos o que prevalece é o caráter privado da universidade, já que pagam seus cursos na integralidade", frisou.

A parlamentar disse que a UFSC está sendo interiorizada e um pólo em Blumenau está assegurado, por meio de um programa desenvolvido pelo governo federal para ampliar o acesso à universidade. "É preciso que todas as lideranças, independente da cor partidária, se integrem a essa campanha pró-federalização da FURB, em conjunto com a sociedade civil organizada. Aqui na Assembleia Legislativa, esse projeto será uma bandeira a ser defendida", assinalou.

O deputado federal João Pizzolatti (PP/SC) sugeriu a realização de uma audiência com os deputados federais e senadores catarinenses, em Brasília.

Contraditório

Marcelo Schrubbi, representando o prefeito municipal de Blumenau, disse que a FURB é uma das duas únicas universidades brasileiras que funcionam sob um sistema administrativo e trabalhista público, e cobra mensalidades como uma instituição privada.

Lúcia Sevegnini, Pró-reitora da FURB, disse que a administração é favorável à federalização e que até mesmo já participou de diversas reuniões, inclusive em Brasília, para discutir o assunto. "A classe política tem papel fundamental para reverter esta situação, pois a federalização da FURB não é prioridade do atual governo e já há casos bem mais avançados na nossa frente", reclamou.

A FURB

A instituição surgiu em 1953 por iniciativa da comunidade e lideranças do Vale do Itajaí, que pleitearam a implantação do ensino superior no interior do Estado. Em 1964, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau. Em 1967, a Lei municipal nº 1458 transformou a faculdade na Fundação Universitária de Blumenau, com os cursos de Filosofia, Ciências, Letras e Ciências Jurídicas. Em 1968, surgia outro movimento pela regionalização da universidade, reconhecida pelo Ministério da Educação em 1986. Em 1995, foi incluída na estrutura da Prefeitura de Blumenau, tornando-se uma instituição de regime público-privado.

Atualmente a universidade tem matriculados cerca de 15 mil estudantes, assistidos por 1,4 mil servidores, com uma estrutura de seis campi.

O COMITÊ

O Comitê Pró-Federalização da FURB se reúne há três anos de forma sistemática, com representantes da comunidade, clubes de serviços, reitoria, sindicato dos Professores e estudantes da FURB, estudantes secundaristas, Câmara de Vereadores e o apoio da prefeitura.

Sua atuação se baseia em ações de mobilização comunitária e política. Segundo sua coordenadora, Maria Salete Graf, abaixo-assinados são realizados para conscientizar a comunidade, buscando seu engajamento assim como o de lideranças políticas das esferas municipal, estadual e federal. "Estamos buscando a adesão de parlamentares com compromissos formais. Blumenau tem 300 mil habitantes, é o terceiro município em arrecadação de impostos e não possui universidade gratuita. São bons motivos para ter uma federal."



Comunidade blumenauense apóia proposta, conforme o Comitê

Estudantes querem ampliar alcance

O DCE da FURB, segundo seu presidente, Denílson Gonçalves, considera prioritário federalizá-la. "Ela abrange toda a região, tem 38 cursos, e se houver a interiorização da UFSC, teremos acesso a dois ou três cursos. Primeiro queremos a federalização, depois pode vir Udesc e UFSC", resumiu. A vereadora Maria Emília de Souza (PT) defendeu ambas as lutas. "Blumenau também quer um pólo da Udesc e da federal", disse, recebendo o apoio da diretora da União Blumenauense dos Estudantes, Suzane Ramos. "Aceitamos a vinda dos pólos,

pois muitos estudantes não têm nenhuma perspectiva de estudar na FURB", afirmou.

Para ampliar o alcance das universidades públicas na região, conforme avaliou a pró-reitora da Udesc, Sandra Makowecy, é necessário harmonizar os sistemas. "Não existe um sistema harmônico e isso impossibilita a expansão da Universidade do Estado", comentou.

A presidente do Sindicato dos Servidores da FURB, Elza Bevia, assegurou que a federalização da não vai afetar os empregos dos funcionários.

Rússia ainda não tem prazo para suspender embargo à carne suína

Secretário da Agricultura, Felipe Luz, acredita que russos retomem as importações da carne catarinense em “curto prazo”

Solon Soares

Representantes dos setores da cadeia produtiva de suínos do Estado estiveram reunidos na Assembléia Legislativa no dia 31, com diversos parlamentares para discutir a crise da suinocultura. O encontro promovido pela Comissão de Agricultura da Assembléia, através do vice-presidente, Reno Caramori (PP), teve como principal convidado o secretário estadual da Agricultura, Felipe Luz, que fez um balanço da sua viagem à Rússia, onde tratou do embargo da carne suína brasileira por aquele país devido à questões sanitárias.

Felipe Luz disse que há grandes possibilidades de a Rússia suspender em breve o embargo, mas garantiu que o volume de carne comprada por ano deverá cair de 400 mil toneladas para apenas 100 mil.

No encontro com o vice-ministro da Agricultura da Rússia, Sergey Mitin, o secretário apresentou uma proposta de cooperação técnica entre os dois países para otimizar a produção de suínos na Rússia. “Foi muito bem recebida. Eles chegaram a sugerir um seminário técnico naquele país, que deveremos organizar junto com



Compra da carne pelo governo para abastecer presídios e busca de novos mercados foram sugeridas no encontro

a Cidasc, Epagri e setor privado, possivelmente para o segundo semestre”, informou.

Além da questão sanitária, segundo explicou Felipe Luz, o embargo russo tem motivos econômicos. O país pretende proteger a produção local, que hoje encontra preços rentáveis. A atitude mercadológica das empresas brasileiras

gerou uma competição predatória, que causou prejuízos aos produtores russos. “O comércio internacional é uma via de duas mãos. O Brasil deverá aprender com a crise, procurando abrir novos mercados, como a União Européia e o Japão”, alertou.

Dos parlamentares e demais setores presentes ao encontro,

Felipe Luz ouviu várias reivindicações e sugestões para enfrentar a atual crise da suinocultura. Entre elas, uma lista apresentada pela Associação Catarinense dos Criadores de Suínos (ACCS), que propôs, entre outros itens, a compra de carne suína pelos governos federal e estadual para o abastecimento de presídios, por exemplo;

isenção da pauta do ICMS para a venda de suínos para outros estados e campanhas de incentivo ao consumo de carne suína.

O deputado Gelson Sorgato (PMDB) sugeriu uma reunião com o Sindicato da Carne de Santa Catarina, que não compareceu ao evento, e a convocação do Fórum Parlamentar Catarinense, em Brasília, para que intermedie audiência com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, com o objetivo de retomar as negociações com o governo russo. “Vamos reforçar o pedido que a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados tem feito”, completou o deputado Reno.

Para o deputado Moacir Sopesa (PMDB), ex-secretário da Agricultura, o ministro da pasta precisa ir à Rússia dizer que o Ministério reconhece Santa Catarina como área livre de febre aftosa.

O deputado Herneus de Nadal (PMDB), primeiro vice-presidente da Casa, propôs a redução de preços da carne nos supermercados e endossou a necessidade do governo federal trabalhar para abrir novos mercados em outros países.

Presidente da CEF anuncia investimentos no estado

Eduardo Guedes de Oliveira



De acordo com a presidente da CEF, serão aplicados R\$ 6,2 bilhões em SC

Durante audiência pública na manhã do dia 26, na Assembléia Legislativa, a presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, anunciou investimentos de R\$ 6,2 bilhões para Santa Catarina neste ano. Maria Fernanda participou da audiência em atendimento ao requerimento do presidente da Comissão de Trabalho, deputado Vanio dos

Santos (PT), que também convidou para o encontro prefeitos, vereadores, cooperativas de habitação e funcionários da instituição para discutir a questão habitacional no estado.

Segundo a presidente da Caixa, primeira mulher a assumir esse cargo nos 145 anos da instituição, os recursos são para financiamento habitacional, crédito comercial

para empresas, pessoas físicas e setor público, além dos repasses de programas sociais de transferência de renda do governo federal. Ela informou que a instituição não tem problemas de recursos, o que precisa são parcerias com os estados e municípios. “O limite que se tem é a perspectiva de projetos, que devem ser apresentados à CEF pelos municípios”, afirmou. Projetos de saneamento básico também devem ser encaminhados. Santa Catarina tem apenas 12% de redes de esgoto. Para todo o país, apenas no saneamento básico, segundo Maria Fernanda, estão previstos R\$ 570 milhões.

De acordo com ela, a CEF já liberou para Santa Catarina, crédito habitacional para 12 mil famílias nos últimos cinco meses, o que representa mais de R\$ 235 milhões em financiamentos. Para o setor empresarial, no mesmo período, foram efetivados quase R\$ 600 milhões de novas concessões.

Governo explica proposta da LDO

Os representantes das secretarias estaduais do Planejamento, Fazenda, Administração e do Ipec vieram à Assembléia Legislativa, a pedido da Comissão de Finanças, presidida pelo deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), para sanar algumas dúvidas do relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2007, deputado Dionei Walter da Silva (PT).

Como questões mais importantes o relator apontou a implicação sobre o orçamento do Plano Catarinense de Desenvolvimento e a criação de um fundo de aposentadoria citado na LDO. A primeira questão foi esclarecida pelo representante da Secretaria de Planejamento, Túlio Tavares, que explicou que o Plano consiste em uma série de metas, estratégias e diretrizes para Santa Catarina até 2015. “Através dele começaremos a alinhar o planejamento do Estado. E com isso conseguiremos melho-

rar todos os nossos indicadores”, disse.

Sobre a criação de um fundo de aposentadoria, o presidente do Ipec, Demetrius Ubiratan Hintz, afirmou que se trata de um projeto que faz a adequação da contribuição patronal que deverá ser elevada a 22%. Atualmente, esse valor é de 11%. A proposta, assegurou, ainda será discutida com o governador.

O deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) ainda solicitou ao presidente do Ipec informação sobre o valor que a instituição paga por mês aos inativos do Poder Executivo e quanto desse total é repassado pela fonte ao Ipec. O parecer preliminar do Projeto de Lei nº 163/06, a LDO, já foi aprovado. Dionei deverá receber emendas dos parlamentares até o dia 16 de junho e no dia 28 apresentará o parecer conclusivo. A votação na Comissão está prevista para o dia 5 de julho.

PLENÁRIO

APROVADOS

Programa beneficia transporte de cargas

Os deputados aprovaram no dia 24, o Projeto de Lei nº 155/06, de origem governamental, que institui o Programa de Revigoração do Setor de Transporte Rodoviário de Cargas de Santa Catarina – Pró-Cargas/SC, concedendo uma isenção de até 50% de ICMS. Por requerimento dos líderes, o projeto foi incluído na ordem do dia, recebendo apenas voto contrário do deputado Antônio Carlos Vieira- Vieirão (PP).

O projeto prevê a concessão de tratamento tributário especial no campo do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à

Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação). Com a medida, o governo espera fomentar o desenvolvimento do setor no Estado.

Com a proposta, os prestadores de serviço do transporte rodoviário interestadual ou intermunicipal de cargas têm assegurado o crédito do ICMS destacado no documento fiscal na compra de combustível, lubrificantes, aditivos e outros fluidos, peças de reposição, pneus e câmaras de ar. Terão direito, em

substituição aos créditos efetivos do ICMS, a um crédito presumido de até 50% do imposto devido na prestação de serviço de transporte exclusivamente de cargas, iniciada em território catarinense.

Entre outros benefícios fiscais, a medida prevê a concessão de crédito de 7% para saídas internas de câmaras frigoríficas para caminhões, feitas pelo estabelecimento produtor. Depois de sancionada pelo governo, a lei entra em vigor no primeiro dia do mês subsequente à data de sua publicação.

Nova lei vai garantir atendimento pedagógico

Depende apenas da sanção do governo estadual a garantia legal de atendimento pedagógico à crianças e adolescentes durante internação hospitalar. No dia 24, o Plenário aprovou o Projeto de Lei nº 28/06, de autoria do deputado Francisco de Assis (PT), que obriga o Estado a garantir este direito na rede hospitalar catarinense e especifica a forma de implementação.

Conforme a proposta, todos os alunos do ensino fundamental e médio, em qualquer de suas modalidades, incapacitados de freqüentar as aulas devido a internação hospitalar e que mantenham condições físicas,

intelectuais e emocionais para aprendizagem, aplicar-se-á o regime de classe hospitalar, em caráter complementar.

Os professores e especialistas de educação em classe hospitalar deverão ser designados a partir de indicação do diretor da escola destinada a atender a instituição médica. O Hospital Infantil Joana de Gusmão, de Florianópolis, será responsável pela orientação do corpo docente nomeado em classe hospitalar, em todo o território do estado.

Já o Poder Executivo, através das Secretarias Estaduais de Saúde e de Educação, ficará responsável pela celebração de

convênios e outros instrumentos de cooperação na promoção da humanização e da atenção integral à criança e ao adolescente hospitalizados, com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como universidades e organizações não governamentais. “Com este projeto, pretende-se garantir o direito ao acompanhamento pedagógico da criança e do adolescente que se encontrem incapacitados de presença às aulas devido à internação hospitalar, cumprindo o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente Hospitalizados”, salientou o parlamentar.



Carlos Kilian

Reivindicação do setor de transportes foi acolhida pelos deputados

Assembléia defende manutenção do BESC público

O plenário da Assembléia Legislativa de Santa Catarina aprovou dois documentos que reafirmam a defesa do BESC enquanto instituição pública e solicitam providências para a suspensão de processo licitatório desencadeado pela Casan para a retirada do banco das contas-salário dos funcionários.

Os deputados também querem que o BESC saia da lista do Plano Nacional de Desestatização (PND). A apresentação dos textos da indicação e da moção, assinados pelos líderes dos partidos e que serão encaminhados aos governos federal e estadual, resultou de audiência pública realizada pela Comissão de Trabalho e Serviços Públicos, no dia 25 de abril, por proposição de seu presidente, deputado Vanio dos Santos (PT).

Instituída a Semana de Tradição Gaúcha

Definida pelo deputado Manoel Mota (PMDB) como um grande orgulho para Santa Catarina, a tradição gaúcha vai contar com a primeira semana do mês de setembro, para as suas comemorações. A iniciativa partiu do parlamentar, autor do Projeto de Lei nº 393/05, aprovado em Plenário na tarde do dia 24.

Farão parte das festividades da Semana de Tradição Gaúcha no estado os Centros de Tradição Gaúcha (CTGs) e entidades congêneres, como o Movimento de Tradições Gaúchas de Santa Catarina (MTGs). Santa Catarina registra 600 Centros de Tradições Gaúchas e diversos grupos, piquetes e associações espalhados em 260 municípios.

Dentinho acusa retirada de verba da Univille



Dentinho: “desrespeito à lei”

O Decreto nº 12.916, de 27 de abril de 2006, baixado pelo prefeito de Joinville, Marco Tebaldi (PSDB), que retira R\$ 1,5 milhão do

orçamento destinado à Universidade da Região de Joinville (Univille), foi criticado pelo deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), na tarde do dia 31.

“Os repasses desse ano, garantidos por lei, não foram efetuados à universidade”, lamentou. Isso, afirmou, é um desrespeito à Lei Orgânica do Município que obriga um repasse de pelo menos 4% do orçamento da Educação para a universidade. Deste total, a universidade tem que destinar 25% para a concessão de bolsas de estudo. “A prefeitura já deve mais de R\$ 2,5 milhões, dívida esta compreendida entre 2002 e 2005”, concluiu.

Rainha e princesas convidam para a Festa do Pinhão

A partir de um acordo de líderes, a sessão ordinária, na tarde do dia 31, foi interrompida para receber a visita da rainha Flávia Pucci,

da 1ª princesa, Franciele Padilha, e da 2ª princesa, Janaina Goedert, representantes da Festa do Pinhão.

Eduardo Guedes de Oliveira



Apresentação regionalista reforçou o convite

Juntamente com o grupo Entreviro Serrano, que fez uma pequena apresentação da música e dança regionalista, elas convidaram os parlamentares e a sociedade catarinense para participar da 18ª edição da festa.

O evento acontece de 9 a 18 de junho, no Parque de Expo-

sição Conta Dinheiro, no município de Lages, e recebe a cada ano aproximadamente 300 mil pessoas de vários estados brasileiros e de países do Mercosul. A festa atualmente envolve grande parte da população lageana, possibilitando uma nova fonte de renda para toda a região através de serviços como hospedagem, alimentação, transporte, comércio, indústria e serviços em geral.

Ao fazer o convite, a rainha fez questão de destacar que a festa pode ser considerada um dos maiores eventos do Estado, com a apresentação de diversos cantores e grupos de música de projeção nacional.

PLENÁRIO



Carlos Kilian

Servidores buscaram apoio do Poder para reabrir as negociações com a administração estadual

Legislativo restabelece diálogo entre o governo e o magistério

Professores ocuparam o Plenário na tarde do dia 30 e pediram a intermediação do presidente da Casa, deputado Julio Garcia

Eduardo Guedes de Oliveira



Representantes do comando de greve reuniram-se com os deputados

Há 35 dias em greve, buscando o atendimento de suas reivindicações, o magistério estadual encerrou o movimento no dia 31, depois da intermediação da Assembléia Legislativa junto ao governo do Estado.

Na tarde do dia 30, os professores ocuparam o Plenário e pediram a mediação direta do presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL). Garcia, recebeu os manifestantes e restabeleceu a comunicação entre a categoria e o governador do Estado em exercício, Eduardo Pinho Moreira (PMDB), com quem conversou no começo da noite.

Junto com o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), o presidente foi ao Centro Administrativo do Estado. Foram recebidos por Pinho Moreira, que comprometeu-se a enviar uma proposta no dia seguinte, por escrito, ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte), conforme solicitação dos servidores. O governo ofereceu a incorporação imediata de 15% do valor do abono de R\$ 100 que vem sendo pago, e dos outros R\$ 85 divididos em seis parcelas, a partir de 2007. O magistério aceitou.

A idéia de pedir a intervenção

do Legislativo foi do comando de greve, cujos representantes foram até a AL, no final da tarde, acompanhados de aproximadamente 100 professores e funcionários da Educação. No primeiro contato, feito com o deputado Afrânio Boppré (P-SOL) e com o deputado Blasi, os grevistas pediram o apoio do Parlamento para que interviesse junto ao governo do Estado a fim de retomar o diálogo com a categoria. Eles esclareceram que, se isso não ocorresse, "a situação ficaria incontornável".

Participaram da reunião cinco representantes do comando de greve do Sinte – professores Danilo Ledra, coordenador do Sinte, Joantina, Ana, Rossano e Marcelo, além dos deputados Afrânio Boppré, Joares Ponticelli (PP), Reno Caramori (PP) e Francisco de Assis (PT).

Depois da reunião com os deputados, que ocorreu por volta das 20 horas, os professores aguardaram no Plenário, acompanhados do deputado Boppré, a resposta do encontro de Garcia e Blasi com Pinho Moreira. Conforme avaliou o comando de greve, o resultado do encontro entre os parlamentares e o governador em exercício foi muito positivo para a categoria.

Finanças estaduais preocupam Vieirão



Vieirão: "economia forçada"

O deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) comentou, na sessão do dia 31, notícia de que o governo vai demitir para economizar verbas. "Para economizar R\$ 500 mil por mês o governo do Estado

está pensando em demitir 900 funcionários que são terceirizados, de um total de 3,5 mil que possui. Acho que isso vai causar um problema sério", calculou Vieirão.

Enquanto isso, o deputado diz que o governo adquiriu dois aparelhos de televisão com telas de plasma, de 42 polegadas, no valor de R\$ 7,8 mil cada um, num total de R\$ 15,7 mil, conforme o Diário Oficial do Estado, do dia 23 de maio. "Também pergunto por que a Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte locou dependências no edifício Village Decor, e está agora com três meses de aluguel e condomínio atrasados, além da água, luz e serviço de segurança", finalizou, o deputado progressista.

Godinho relata audiência pública em Santo Amaro



Líder do PSB conduziu o encontro

O presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, deputado Sérgio Godinho (PSB), relatou em manifestação da tribuna no dia 30, audiência pública realizada

um dia antes, em Santo Amaro da Imperatriz, para debater a retirada de areia em diversos locais do município.

A reunião contou com a participação de representantes das empresas extratoras de areia e de técnicos da FATMA e serviu para identificar os pontos onde são feitas as extrações.

Ficou acertado, segundo ele, que órgãos como as secretarias estaduais do Meio Ambiente, da Agricultura, a FATMA, além da Assembléia, executem um Plano Diretor do município para que se encontre uma solução que atenda os agricultores e favoreça o meio ambiente.

Knaesel fala sobre eleições

Em ritmo de campanha, a visita ao Estado do pré-candidato do PSDB à presidência da República, Geraldo Alckmin, foi comemorada pelo deputado Gilmar Knaesel (PSDB) na sessão do dia 30. "Sentimos em todos presentes um apelo popular muito forte. Podemos ver o quanto o Estado apóia Alckmin," comentou.

Todo o roteiro da visita do pré-candidato, que começou pelo bairro Fortaleza, em Blumenau, passou por Itapema e terminou em Itajaí, foi relatado por Knaesel. Em Itapema, o pré-candidato foi a uma convenção do Clube de Diretores Lojistas (CDL) e falou sobre a conjuntura econômica do Brasil. "Nessa palestra temas

como a carga tributária e os juros altos foram mencionados. Estamos todos felizes porque sabemos que ele saiu daqui certo do apoio em Santa Catarina", concluiu.



Knaesel aposta no apoio à Alckmin

PLENÁRIO

Benedet afirma que governos cedem ao corporativismo



Benedet: "falta responsabilidade"

Os políticos precisam amadurecer, conscientizando-se de que seu trabalho existe em função de e para a sociedade, além de ser o único caminho a ser trilhado num sistema

que se pretende democrático. A afirmação foi feita pelo deputado Ronaldo Benedet (PMDB), em discurso da tribuna no dia 31.

Ex-secretário da Segurança Pública do atual governo peemedebista, Benedet criticou ações corporativistas, afirmando que os governos estão à mercê das pressões corporativistas, deixando muitas vezes de lado o interesse da sociedade. "A classe política é muito frágil perante essa pressão. O Brasil precisa evoluir nesta questão", resumiu o parlamentar.

O deputado assinalou ainda que os governos têm responsabilidade de gestão e devem aprender a priorizá-la.

Vieira comemora repasse de recursos

O deputado José Carlos Viera (PFL) comemorou a garantia do governo federal em atender ao pedido de transferência de R\$ 1 bilhão do Fundo Social ao setor de construção. Há duas semanas, o parlamentar manifestou preocupação com a possibilidade de cortes nos recursos do Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Esse repasse irá possibilitar que milhares de famílias possam continuar participando do programa com condições de adquirir a casa própria. "Me asseguraram em Brasília, no dia 22, a manutenção dos recursos", anunciou.

O parlamentar lembrou ainda que o resultado positivo é fruto de uma mobilização do setor e da moção encaminhada pela Assembleia Legislativa ao presidente Lula, solicitando que o programa continuasse operando em todo o país. Autor da moção, Viera salientou que o documento contou com a assinatura dos 40 parlamentares.

O deputado ressaltou que o programa é muito importante e já garantiu moradia para mais de 200 mil famílias. "Dez mil famílias inscritas em Santa Catarina podem festejar a boa notícia", concluiu.



Vieira: "dez mil famílias atendidas"

Deputada comenta declarações de governador paulista

A deputada Ana Paula Lima (PT) comentou da tribuna a entrevista concedida pelo governador de São Paulo, Cláudio Lembo (PFL), em que criticou a postura de personalidades de seu partido e de aliados.

Mais de 150 pessoas morreram, vítimas da violência em São Paulo, há duas semanas. Entre os criticados por Lembo está o senador catarinense Jorge Bornhausen (PFL). "Em artigo publicado pela imprensa, Bornhausen acusou o PT e o governo Lula de atuarem de forma discriminatória e nazista", relatou Ana Paula. Para ela, Bornhausen usou um tom desrespeitoso.

Mantendo o relato da entrevista do governador paulista, lembrou a parlamentar que ela foi concedida em meio à terrível onda de ataques criminosos ocorridos em São Paulo. Segundo ela, Cláudio Lembo desabafou, declarando à imprensa que estava cansado do que definiu de "minorias brancas muito perversas",



Ana Paula: "tom desrespeitoso"

"burguesia muito má" que formam as elites brasileiras.

"Com a sinceridade de quem chegou ao limite de sua consciência, Lembo diz que o Brasil é um país cínico e por isso decidiu 'falar a verdade, doa a quem doer e destruindo a quem destruir', numa clara alusão àqueles que se referem ao povo como 'essa raça', como declarou o senador Bornhausen referindo-se ao PT", finalizou a parlamentar.

Dado destaca crescimento do setor calçadista



Dado: "superação de dificuldades"

O deputado Dado Cherem (PSDB) destacou o crescimento do setor calçadista catarinense, em especial a indústria de São João Batista, em seu pronunciamento no dia 23. De acordo com o parlamentar, a região é considerada o maior fabricante de calçados do país, com 95% da sua produção voltados para os calçados femininos. "O bom diálogo entre os comerciantes fortalece o crescimento da atividade", frisou.

Existem cerca de 150 fábricas de calçados na região que, juntas,

produzem mais de 1,2 milhão de pares de calçados, dos quais entre 13% a 15% são exportados, gerando cerca de 4 mil empregos.

O deputado tucano também aproveitou para informar que, desde 2005, o estado catarinense é considerado o maior captador de transplante, mesmo não sendo o que mais realiza cirurgias, com 560% para o fígado e 100% para o rim. "Apesar das dificuldades para suprir as necessidades da saúde pública, temos boas notícias", revelou.

[GABINETES]

APOIO DAS CÂMARAS

Diversas Câmaras de Vereadores catarinenses enviaram moções de apoio ao projeto da bancada petista que extingue a aposentadoria vitalícia dos ex-governadores. As moções são respostas a uma carta enviada pelo deputado Paulo Eccel (PT) a vereadores e entidades de todo Estado. Entre elas estão as Câmaras de Blumenau, São Bento do Sul, Itapema e Guaraciaba.

O objetivo da ação é garantir apoio político ao andamento do projeto. Nesta semana, Paulo Eccel encaminhou ofício ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Jorginho Mello, solicitando que designe relator para a matéria. "Não há explicação para que, desde dezembro, não tenha sido sequer nomeado um relator. A proposta já foi avaliada e deve tramitar", afirmou Eccel.

O salário mensal de R\$ 22 mil é pago a todos aqueles que assumiram o cargo de governador definitivamente. Atualmente oito ex-governadores recebem o benefício. "Precisamos do apoio dos vereadores catarinenses para que essa regalia inaceitável acabe. Nenhum trabalhador brasileiro se aposenta recebendo o dobro do que quando estava em serviço e isso não pode ser uma exclusividade dos ex-governadores", destaca Eccel.

Tarifa Não - O parlamentar também luta pela aprovação do projeto que acaba com a tarifa básica da telefonia no Estado. A proposta deve ingressar para votação em breve. "É uma injustiça histórica que precisa ser corrigida. As pessoas pagam por pulsos que muitas vezes não utilizam e que garantem lucros exorbitantes para as operadoras", disse Eccel. (Cássio Turra)

ORÇAMENTO REGIONALIZADO

O deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo na Casa, assegurou, no dia 24, que o Executivo terá representação nas 10 audiências públicas do orçamento regionalizado, promovidas pelo Poder Legislativo e programadas para o período de 5 a 9 de junho, mas reafirmou a posição da Secretaria de Planejamento e Gestão, de não envolvimento com a organização dos eventos.

A decisão deve-se ao fato de o governo já ter definida sua estratégia de planejamento e as ações a serem inseridas no orçamento de 2007, a partir das reuniões dos conselhos de desenvolvimento regional.

Conforme Blasi, a Comissão de Finanças decidiu que o tempo para manifestação nas reuniões do orçamento regionalizado, por parte das secretarias regionais de desenvolvimento (SDRs), será restrito. A medida desagradou o Executivo, que já mantém um eficiente canal de comunicação com as comunidades por meio dos conselhos, que se reúnem a cada 15 dias. "Por mais poder de síntese que alguém possa ter, uma exposição das ações de governo em 10 minutos, como foi aventado, é algo quase impossível, mas nem por isso o Executivo deixará de se fazer presente", comentou Blasi. (Evory Pedro Schmitt)

IML

O estado de abandono do antigo prédio do IML (Instituto Médico Legal), localizado no bairro Estreito, em Florianópolis, e a ocorrência de furtos fez com que o deputado Cesar Souza (PFL) encaminhasse indicação ao governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, e ao secretário de Segurança Pública, Dejair Vicente Pinto, solicitando providências imediatas com a finalidade de evitar danos maiores à população.

Segundo ele, em abril foram encontrados em frente a um supermercado, localizado nas imediações, ossos humanos acondicionados em sacos plásticos, provindos do prédio do IML. Além disso, material radioativo também foi furtado do prédio e a comunidade vizinha tem visto freqüentemente pessoas suspeitas nos arredores. (Cármem Leite Rovira)

COMUNIDADE



Eduardo Guedes de Oliveira

Trabalho das integrantes da Rede vai além da prevenção ao câncer ginecológico e de mama. Assistência psicológica às pacientes e conscientização de hábitos de higiene e alimentação, principalmente em comunidades de baixa renda, estão entre as prioridades

Parlamento comemora os 45 anos da Rede Feminina de Combate ao Câncer

Trabalho voluntário beneficia mais de 80 mil mulheres no estado com informações e acesso aos exames preventivos



Miriam Zomer

Iniciativa da homenagem foi da deputada Odete (ao lado de Adélia Amin)

Eduardo Guedes de Oliveira



Comemoração continuou no hall de entrada da Casa

Os 45 anos de existência da Rede Feminina de Combate ao Câncer (RFCC-SC) foram comemorados no dia 25, em sessão solene proposta pela deputada Odete de Jesus (PL). Cerca de 80 mil mulheres recebem os serviços voluntários prestados pelas integrantes da rede, na realização de exames preventivos ao câncer ginecológico e de mama. "Estamos aqui para honrar a dedicação e o empenho desse excelente trabalho humanitário. Essas nobres senhoras são exemplos de amor, solidariedade," resumiu a líder do PL.

De acordo com o vice-presidente da Casa, deputado Herneus

de Nadal (PMDB), a informação é um dos maiores benefícios oferecidos pelas voluntárias. "Essas incansáveis voluntárias brilham com fulgor salvando vidas e formando uma verdadeira constelação de estrelas. Eu tenho um imenso respeito por essas mulheres", declarou.

A atual presidente estadual da RFCC-SC e do núcleo da Capital, Zita Sander de Meireles, afirmou que o cotidiano com os pacientes estimula a Rede a continuar e ampliar o alcance dos trabalhos. "Quando queremos o bem arrégamos as mangas e fazemos acontecer. Mas não podemos dei-

de ressaltar que a prevenção é o melhor serviço de todos. Que possamos continuar por mais 45 anos", concluiu emocionada.

Além da instituição, cinco personalidades também foram homenageadas. As fundadoras da Rede, Wladislava Mussi, Kirana Atherino Lacerda, Adélia Amin, Edy Santiago e Neyde Costa receberam placas comemorativas das mãos da deputada Odete.

As voluntárias trabalham na prevenção do câncer ginecológico, dão assistência às pacientes e atuam na conscientização de hábitos de higiene e alimentação nas comunidades carentes.

Informação é essencial no combate à doença

A sessão contou com a participação de palestrantes que abordaram vários aspectos do combate ao câncer nas mulheres. Iniciando o ciclo de palestras, a oncologista Cacilda Maria Rogério Furtado ressaltou a importância do trabalho da Rede, que tem redundado no aumento do número de mulheres que procura por ajuda médica na fase inicial da doença, ampliando as chances de

cura na maioria dos casos.

Segunda ela, mais de 11 milhões de pessoas no mundo sofrerão de câncer no Brasil e as principais causas da doença são o sedentarismo e o tabagismo. "Só no Brasil serão 50 mil casos novos em 2006, e no sul espera-se 70 casos por cada 100 mil mulheres. E para a prevenção o melhor remédio é a informação", ensinou, com o endosso do psicólogo

clínico Felício Duarte de Souza: "Realmente o ser humano precisa do diálogo. Mais do que remédio, as pessoas precisam de uma voz suave e um olhar complacente. É preciso ter amor, comprometimento." Encerrando o evento, o padre Wilson Groh falou sobre a relação entre solidariedade e fé. "A solidariedade não nasce dos livros e sim da relação profunda da fé", concluiu.